



## A AUTONOMIA NA MEDIAÇÃO DIDÁTICA DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO DIANTE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Marcelo Sales Galdino<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo aborda a autonomia de professores que lecionam Sociologia no Ensino Médio diante dos livros didáticos da disciplina. A pesquisa ocorreu com quatro docentes da Rede Pública de Pernambuco, no ano de 2015, e teve como critério de escolha dos sujeitos a diversidade das suas formações de graduação: Ciências Sociais, História, Geografia e Filosofia. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: entrevistas semiestruturadas e observação não participante de aulas. Os resultados sugeriram que a mediação didática será mais autônoma e menos dependente do livro didático, à medida que os docentes estiverem em condições profissionais que o permitam ter esta autonomia em sala de aula, assim como quando possuem sólidos conhecimentos na área das Ciências Sociais e em relação aos documentos curriculares que estruturam a disciplina.

**Palavras chave:** Ensino de Sociologia. Ensino Médio. Escola Pública. Currículo.

### THE DIDACTIC MEDIATION AUTONOMY OF SOCIOLOGY TEACHER AT HIGH SCHOOL USING DIDACTIC BOOKS

### Abstract

This article deals about the teachers autonomy's who teach sociology in high school on the textbooks of discipline. The research took place with four teachers of the public network of Pernambuco in 2015, and had as criterion of choice of subjects the diversity of their undergraduate formations: Social Sciences, History, Geography and Philosophy. The research tools used were: monostructured interviews and non-participant observation of classes. The results suggested that the didactic mediation will be more autonomous and less dependent on the textbook, as the teachers are in professional conditions that allow it, as well as when they have solid knowledge in the field of sciences and in relation to curriculum documents that give structure to the discipline.

**Key words:** Teaching Sociology. High School. Public School. Curriculum.

---

<sup>1</sup> Professor da Rede Estadual de Educação de Pernambuco. Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). E-mail: [msgaldino@yahoo.com.br](mailto:msgaldino@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe, de uma forma geral, a fazer uma análise da autonomia de professores que lecionam Sociologia do Ensino Médio diante dos livros didáticos desta disciplina. Vale ressaltar que a lei 11.684 de 2008, que determinou a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, gerou novas necessidades relativas a esta etapa da Educação Básica, mais especificamente no que tange à necessidade de materiais didáticos.

O estado brasileiro deu resposta a essa demanda incluindo a Sociologia nos editais do PLND (Programa Nacional do Livro Didático) de 2012, 2015 e 2018. Portanto, nesse contexto de retorno da obrigatoriedade da Sociologia à sala de aula, três levas de livros didáticos vêm convivendo com alunos e professores no cotidiano das escolas.

Dentro desse contexto, é possível extrair duas perguntas, a primeira: em teoria, qual deve ser a função do livro didático? A segunda: na realidade existente acerca do ensino de Sociologia, qual de fato tem sido o uso do livro didático pelos professores? É importante destacar que a segunda questão só pode ser respondida a partir de pesquisas empíricas. Comparar a teoria com a realidade, nesse caso, pode contribuir para uma breve avaliação, por meio de uma perspectiva qualitativa, de quais têm sido os desdobramentos do ensino de Sociologia, a partir do uso de manuais didáticos.

A partir das respostas a essas duas perguntas, pode-se chegar à resposta do principal questionamento deste artigo: os professores de Sociologia, no exercício da sua autonomia didática, estão sendo mediadores entre o saber escolar posto no livro e seus alunos, ou é o livro que está mediando a relação entre professores e alunos? Se a primeira resposta estiver correta, mostrará uma autonomia profissional dos professores investigados; no caso de ser a segunda resposta a verdadeira, inverte-se a conclusão, quer dizer, há uma centralidade exacerbada no livro didático dentro do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, por meio desse foco centralizador é o livro que passa a mediar o professor em sua ação pedagógica em sala de aula. Nesse sentido, ter-se-ia então uma desprofissionalização do papel do professor, além da alienação desse mesmo papel, a partir da perda da sua autonomia didática por conta da centralidade do livro.

A partir desta perspectiva, apresentam-se então duas hipóteses a serem testadas:

**Quadro 1-** Hipóteses da relação entre professores e livros didáticos de Sociologia

HIPÓTESES	FORMATO DA MEDIAÇÃO
Professor autônomo	Livro didático → professor → aluno
Professor desprofissionalizado	Professor → livro didático → aluno

Fonte: Elaboração própria (2015)

Para que tal avaliação fosse processada, buscou-se um estudo de quatro casos, por meio de entrevistas semiestruturadas, com quatro professores que lecionam Sociologia, em quatro escolas na Rede Estadual de Educação de Pernambuco, mais precisamente, na cidade do Recife. É importante destacar que as escolas são todas urbanas e as variações existentes entre elas não foram critérios para a escolha dos sujeitos pesquisados. As entrevistas foram realizadas no ano de 2015. Também foram observadas aulas de cada um dos docentes participantes da pesquisa.

O critério para a escolha dos professores se baseou nas suas formações em graduações diversas. Essa escolha possibilitou testar se, com base na variável formação acadêmica, haveria algum aspecto determinante ou influenciador sobre a relação professor e livro didático. As formações foram: um professor graduado em Ciências Sociais, uma professora graduada em Geografia, um professor graduado em História e um professor graduado em Filosofia, todos atuando como docentes na disciplina de Sociologia. Ao longo do artigo esses sujeitos serão identificados como professores das disciplinas as quais suas formações correspondem: professor de Sociologia, professora de Geografia, professor de História e professor de Filosofia.

## 1. A AUTONOMIA DOS PROFESSORES E O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES CONCEITUAIS

Já existem algumas reflexões e estudos acerca dos livros didáticos de Sociologia (MEUCCI, 2013, BEZERRA; MEUCCI, 2014; TAKAGI, 2007), porém poucos focam na dinâmica que se estabelece no seu uso em sala de aula, pelo professor. É justamente esse o foco do presente artigo, tendo, principalmente, a voz dos professores como dado de análise.

Para se chegar ao uso do livro didático, na sua relação direta com os professores, é importante definir no que se constitui este objeto. Em primeiro lugar, o livro é destinado a ser uma tradução do que se entende como currículo oficial ou prescrito:

O currículo formal ou oficial é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso nas diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo.

Podemos citar como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas curriculares dos estados e dos municípios (LIBÂNEO, 2007, p. 91).

O currículo oficial nunca é neutro e nem descontextualizado no tempo, no espaço e na cultura, ele é sempre uma seleção de saberes determinada socialmente, politicamente, culturalmente e economicamente (SILVA; SIMÕES, 2013). É sempre um campo de disputas (ARROYO, 2011) que resulta num projeto cultural (SACRISTÁN, 2000) e que define o que é e o que não é válido e relevante para a formação das novas gerações.

Porém, essa seleção de saberes, que é o currículo oficial, não chega de forma direta nem ao aluno, nem ao professor. Nesse ponto, entra o papel da didatização dos saberes acadêmicos. Entenda-se o didatizar saberes acadêmicos e culturais como sendo a criação de situações de ensino e aprendizagem a partir da seleção, elaboração e contextualização de textos, músicas, imagens etc., que possam traduzir e mediatizar, a complexidade dos saberes acadêmicos para as realidades e os contextos do ensino escolar. O livro didático, como o próprio nome sugere, é fruto desse processo. É o que Sacristán (2000) chama de “currículo apresentado aos professores”, que traduz o currículo oficial ao professor e ao aluno.

Existe uma série de meios, elaborados por diferentes instâncias, que costumam traduzir para os professores o significado e os conteúdos do currículo prescrito, realizando uma interpretação deste. As perspectivas costumam ser muito genéricas e, nessa medida, não são suficientes para orientar a atividade educativa nas aulas. O próprio nível de formação do professor e as condições de trabalho tornam muito difíceis a tarefa de configurar a prática a partir do currículo prescrito. O papel mais decisivo nesse sentido é desempenhado, por exemplo, pelos livros-textos (SACRISTÁN, 2000, p. 104-105)

Há um encadeamento de mediações e recontextualizações, desde a elaboração do conhecimento acadêmico, passando pela elaboração dos documentos curriculares por órgãos oficiais, pela produção do livro didático, pelo professor, até chegar ao aluno. Porém, como já dito, o foco do artigo é o uso do livro didático, que é o “currículo apresentado aos professores” (SACRISTÁN, 2000), no caso em tela, aos professores que lecionam Sociologia.

De acordo com essas premissas, o livro é um documento curricular didatizado, ou seja, uma vulgarização dos documentos curriculares oficiais direcionada diretamente a ação do ensino. A sua função em sala de aula vai depender diretamente de qual concepção de autonomia didática dos professores é posta em prática.

Numa perspectiva vygotskiana<sup>2</sup>, o professor é o elemento intermediário, mediador e facilitador entre os saberes selecionados nos currículos, entendendo-se aqui como sendo os livros didáticos, e os docentes, seu papel é contribuir para a superação da zona de desenvolvimento potencial, em direção à zona de desenvolvimento real, criando situações didáticas para isso. Ou seja, o professor a partir de uma leitura da realidade em que está sendo operado o ensino, deve, como elemento ativo e autônomo, criar e recriar situações didáticas, contextualizando-as de acordo com o ambiente social e cultural em que os docentes estão inseridos, tornando-se assim um pesquisador no contexto da própria prática (CONTRERAS, 2002).

Nessa linha: na relação com o livro didático de Sociologia, caberia, ao professor, ser o elemento que orienta o aluno no sentido de superar as suas noções iniciais sobre determinado tema social, até atingir a zona de desenvolvimento real, na qual o senso comum em confronto dialético com as situações didáticas é superado por um entendimento da realidade social a partir de um viés mais teórico e conceitual. Em outras palavras, essa síntese é o aprendizado de fato.

Para que o docente exerça esse papel de mediador ou facilitador, entre o livro, currículo apresentado, e o discente, faz-se necessária sua autonomia intelectual e profissional. Quanto mais autônomo for o professor, diante do livro didático, maior será a sua capacidade de mediar, de contextualizar e de didatizar os saberes que nele estão postos.

Contreras (2002), ao teorizar acerca da autonomia dos professores, aponta dois tipos de docentes que são úteis para a reflexão em curso: o “professor como profissional técnico” e o “docente reflexivo”, pois para ele:

O professor, como profissional técnico, compreende que sua ação consiste na aplicação de decisões técnicas. Ao reconhecer o problema diante do qual se encontra, ao ter claramente definidos os resultados que deve alcançar, ou quanto tiver decidido qual é a dificuldade da aprendizagem de tal aluno ou grupo, seleciona entre o repertório disponível o tratamento que melhor adapta a situação e o aplica. (CONTRERAS, 2002, p. 97)

Ou seja, nessa perspectiva, a autonomia do professor técnico está no fato de ele ser conhecedor de técnicas pedagógicas para aplicar em determinadas situações. Perceba-se que o ser professor, nesse modelo, aproxima-se muito de uma ciência aplicada. Não há espaço para

---

<sup>2</sup> A teoria de Lev Vygotsky acerca da aprendizagem segue uma linha sócio-interacionista. Ele divide o processo de aprendizagem individual em três zonas ou níveis: a zona de desenvolvimento potencial, que significa as operações manuais ou mentais em que os indivíduos da espécie humana têm a capacidade de realizar, porém só as fazem com a ajuda de outros; a zona de desenvolvimento real, que é o nível em que o indivíduo já é capaz de realizar sozinho as operações que antes realizava com ajuda de outro e a zona de desenvolvimento proximal, que é transitória, entre a potencial e a real. É na zona de desenvolvimento proximal, intermediária, onde se dá a intervenção pedagógica e a atividade didática dos professores.

reelaboração e recontextualização dos saberes postos nos livros, mas apenas para aplicação de técnicas previamente elaboradas. Essas técnicas parecem pairar de forma neutra sobre o contexto social e cultural, cabendo ao professor escolher e aplicar os métodos, mas não recontextualizá-los ou mesmo recriá-los.

A esse tipo de autonomia de professores, contrapõe-se o do “docente reflexivo”:

[...] trata justamente de dar conta da forma pela qual os profissionais enfrentam aquelas situações que não se resolvem por meio de repertórios técnicos; aquelas atividades que, como o ensino, se caracteriza por atuar sobre situações que são incertas, instáveis, singulares e nas quais há conflitos de valor. Para isso, Schön parte da forma com que habitualmente se realizam as atividades espontâneas da vida diária, distinguindo ‘entre conhecimento na ação’ e ‘reflexão na ação’. (CONTRERAS, 2002, p. 106)

Partindo-se da premissa de que a educação é um processo de conflitos, onde as diferenças culturais, sociais e os pequenos fatos do cotidiano proporcionam o inusitado, a simples aplicação de técnicas que venham prontas para serem utilizadas pelo professor, não raro, se mostra um caminho pouco eficaz, pois, na maioria das vezes, os livros tendem a se apresentar descontextualizados.

A ideia de ‘reflexão na ação’ significa a superação do “professor como profissional técnico” anteriormente apresentado e revela um tipo de docente mais autônomo e profissionalizado, que enxerga as situações pedagógicas num diálogo com o contexto social e cultural em que ele e os alunos estão inseridos. Não raro, esse tipo de professor conduz a sua ação adaptando-a à dinamicidade desse contexto. Refletir na ação, no caso da relação com o livro didático, significa dar um uso a esse material partindo inicialmente de um entendimento do contexto dos próprios alunos.

O conceito de “docente reflexivo” de Contreras (2002) combina-se com o de “currículo moldado pelos professores”, proposto por Sacristán (2000), segundo o qual o professor é um agente ativo do currículo, pois, na sua prática, ele contextualiza o currículo apresentado dentro da realidade em que se encontra inserido, tanto ele, quanto seus alunos. Esse papel de agente ativo o coloca como um profissional que se posiciona entre o livro didático e o aluno. É importante frisar que essa autonomia irá depender também do próprio contexto institucional e profissional em que se encontra inserido o professor, bem da solidez sua formação em relação ao conteúdo propostos no currículo.

O “docente reflexivo”, para efetuar uma prática autônoma, aquela que molda o currículo ao contexto da sua sala de aula, sem perder a solidez acadêmica, precisa ser ativo diante das técnicas e do livro didático, saber o momento de aplicá-las, o de não aplicá-las, e até mesmo de reelaborá-

las. O fazer do professor reflexivo é em boa medida artístico e intuitivo, se distanciando, assim, do professor técnico.

No contexto deste artigo, esses tipos propostos por Contreras (2002) se fazem importantes, pois, quanto mais técnico for o professor, pressupõe-se que mais atrelado às prescrições do currículo oficial e ao livro didático ele estará. O contrário também se faz verdade: quanto mais reflexivo for o docente, mais autônomo ele será.

Portanto, o direcionamento do uso do livro didático está ligado, dentre outros fatores, à concepção de autonomia didática do docente. Numa perspectiva mais ligada ao “professor como profissional técnico”, o livro é centro da ação didática, é um produto que vem pronto para ser consumido, o professor é coadjuvante da ação. Já numa perspectiva ligada a ideia de “professor reflexivo”, a lógica se inverte, o livro é um instrumento que nas mãos do professor será ressignificado de acordo com o contexto em que se processa o ato de ensinar. Nesse caso, o livro é o coadjuvante e professor exerce o papel de ator central.

## 2. O PERFIL DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA E AS POSSIBILIDADES DE AUTONOMIA DIANTE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Na busca de responder à pergunta de pesquisa: na realidade existente acerca do ensino de Sociologia, qual de fato tem sido o uso do livro didático pelos professores? A investigação partiu da premissa de que, quanto mais distante, epistemologicamente, for a formação do professor – em relação às Ciências Sociais e ao ensino da Sociologia na escola média –, maior será a sua dependência em relação ao livro didático, sua autonomia didática no ato de ensinar Sociologia estará mais próxima ao “professor como profissional técnico” do que ao “professor reflexivo”. Isso pode ser estendido a todo Ensino Médio, pois as distorções em relação à disciplina de formação e a que realmente o docente leciona não são exclusivas da disciplina de Sociologia.

São comuns os casos em que professores com determinada formação acadêmica se veem colocados a ensinar disciplinas para quais não possuem os mínimos saberes necessários. As finalidades a que o professor está posto diferem dos saberes para os quais foi direcionada a sua formação. Isso pode nos dar uma importante informação acerca do contexto em que se dá o ensino e apresentar dados que podem ajudar a indicar a autonomia dos professores diante do fazer do livro didático.

**Tabela 1-** Números absolutos e percentuais acerca da formação dos professores que lecionam Sociologia no Ensino Médio no Brasil

Formação	Total	Percentual
História (licenciatura e bacharelado)	8.299	18,7%
Pedagogia (licenciatura e bacharelado)	6.898	15,5%
Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado)	5.642	12,7%
Geografia (licenciatura e bacharelado)	4.564	10,3%
Filosofia	3.911	8,8%
Letras (licenciatura e bacharelado)	3.431	7,7%
Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado)	811	1,8%
Matemática	838	1,8%
Educação Física	385	0,8%
Outras formações	9.447	21,3%
Total	44.226	100%

Fonte: INEP, Microdados do Censo Escolar- Docentes 2015

Os dados do censo escolar aqui apresentados são referentes ao ano em que a pesquisa foi realizada, 2015. É evidente a escassez de professores com formação adequada para o ensino de Sociologia, só 12,7% naquele momento tinham formação em Ciências Sociais. Isso pode ser explicado, em parte, pelo fato de a efetivação da Sociologia como disciplina obrigatória ainda estar em processo naquele ano, em que pese que a normatização que determinou a sua volta ter entrado em vigor no ano de 2009, a quantidade de professores formados para área ainda era não era em número significativo em relação à demanda.

A insuficiência de docentes com a formação adequada sugere indícios de precariedade no ensino da disciplina de Sociologia e que a imensa maioria dos docentes pode ter grande dependência em relação aos livros didáticos, se aproximando do perfil do professor como profissional técnico.

**Tabela 2-** Números absolutos e percentuais acerca da formação dos professores que lecionam Sociologia no Ensino Médio em Pernambuco

Formação	Total	Percentual
História (licenciatura e bacharelado)	569	37,4%
Pedagogia (licenciatura, bacharelado)	237	15,6%
Geografia (licenciatura e bacharelado)	236	15,5%
Letras (licenciatura e bacharelado)	203	13,3%
Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado)	65	4,2%
Filosofia	28	1,8%
Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado)	23	1,5%
Matemática	18	1,1%
Outras formações	139	9,1%
Total	1518	100%

Fonte: INEP, Microdados do Censo Escolar- Docentes 2015

Em alguns aspectos gerais os números de Pernambuco reproduzem os do Brasil, a maioria dos docentes ensinando Sociologia vem da área de História, porém com uma grande diferença



percentual, 18,7% nacionalmente e 37,4% no estado. Outro dado relevante é a quantidade de professores com formação em Ciências Sociais, no âmbito nacional 12,7%, já no estadual 4,2%, ou seja, em Pernambuco o déficit de professores com formação mínima adequada para o ensino de Sociologia é bem maior do que os números relativos nacionais.

É também importante perceber que, diante da escassez de professores com formação adequada, há uma certa atenção da administração pública em direcionar o ensino da disciplina de Sociologia para professores da macro área, definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), como Ciências Humanas e as suas Tecnologias, que inclui História, Filosofia, Geografia e Sociologia. Docentes dessas áreas, junto com pedagogos, preenchem a maior parte das vagas de professores de Sociologia.

Os números sugerem indícios de que, no ensino de Sociologia, devido à grande escassez de docentes com formação mínima adequada, a quantidade de professores de Rede Pública Estadual de Pernambuco com dependência em relação ao livro didático apresenta-se relativamente maior que no âmbito nacional.

Os dados, por si só, não concluem a pouca autonomia dos professores diante dos livros didáticos. Porém, dão indicativos, uma vez que, parte-se da premissa de que apenas com uma formação acadêmica sólida em relação ao que ensina o professor pode exercer um papel de “docente reflexivo”. As distorções evidenciadas entre formação inicial e função exercida podem indicar profissionais alienados em relação à própria disciplina escolar que lecionam. Tais indícios possibilitam uma reflexão, que, por sua vez, possibilita aventar uma predominância de “professores como profissionais técnicos” no ensino da Sociologia, portanto dependentes dos livros didáticos, no Brasil e no estado de Pernambuco.

### **3. OS PROFESSORES, OS CURRÍCULOS E O LIVRO DIDÁTICO**

Partindo da ideia de que o papel do professor autônomo, reflexivo e profissional deve ser o de mediador, ou facilitador, entre o aluno e o material didático, buscou-se coletar dados acerca do conhecimento dos professores sobre documentos curriculares oficiais. Isso se faz importante, porque os livros, como já posto, são um desdobramento didático desses documentos. Um maior ou menor conhecimento curricular pode funcionar como instrumento de melhor entendimento acerca das intencionalidades do que está colocado nesses materiais.

Pressupõe-se que: quanto mais o professor conhece esses documentos oficiais, mais autônomo ele será o seu potencial em moldar o currículo ao contexto social e cultural dos seus alunos, conseqüentemente menos dependente do livro didático. Tal saber possibilitaria ao professor a leitura do projeto educacional a que está destinado o livro didático que tem em suas mãos, e que nem sempre é explícito.

Uma das perguntas, realizada na entrevista semiestruturada, feita com cada um dos sujeitos, consistiu em mostrar vários documentos curriculares oficiais, cabendo-lhes inicialmente responder se os conhecia ou não. A cada documento que os professores afirmaram conhecer foi-lhes pedido um pequeno comentário acerca dele.

Foram apresentados cinco documentos curriculares: as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (DCNEM); os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN's); os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio + (PCN's+), que é um complemento aos PCN; as Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCNEM) e os Parâmetros Curriculares de Pernambuco (PCPE). Com exceção do primeiro documento, que tem como conteúdo orientar o Ensino Médio no seu todo, todos os outros contêm cadernos ou seções específicas dedicadas à Sociologia enquanto disciplina escolar.

As respostas obtidas foram as seguintes:

**Quadro 2-** Conhecimento declarado do Professor de Filosofia acerca de documentos curriculares apresentados

DCNEM	PCN	PCN+	OCNEM	PCPE
“Sim, conheço as DCNEM, mas não tive oportunidade ainda de relacioná-la com a prática, ele prevê a interdisciplinaridade, mas isso depende de todos na escola, não só de um.”	Não conhece	Não conhece	Não conhece	Não conhece

Fonte: Elaboração própria (2015)

**Quadro 3-** Conhecimento declarado da Professora de Geografia acerca de documentos curriculares apresentados

DCEM	PCN	PCN+	OCNEM	PCPE
“Não conheço, mas conheço sim as diretrizes nacionais da educação ambiental. Estou começando a conhecer as DCNEM agora”.	“Conheço, ele orienta o professor no que deve ser ensinado, mas uso muito pouco”.	Não conhece	Não conhece	Não conhece

Fonte: Elaboração própria (2015)

**Quadro 4-** Conhecimento declarado do Professor de História acerca de documentos curriculares apresentados

DCEM	PCN	PCN+	OCNEM	PCPE
“Conheço, é o documento que organiza o Ensino Médio no Brasil”.	Não conheço	Não conheço	Não conheço	“Sim, são orientações que não estão fechadas, apenas dão sugestões. O estado quer que dominemos esse documento, para planejamento pedagógico, porém não há uma cobrança do cumprimento do planejado, a não ser de português e matemática”.

Fonte: Elaboração própria (2015)

**Quadro 5-** Conhecimento declarado do Professor de Sociologia acerca de documentos curriculares apresentados

DCNEM	PCN	PCN+	OCNEM	PCPE
Não conhece	Não conhece	Não conhece	“Sim, utilizo, são sugestões não impositivas para nortear o professor na atividade de ensino”.	“Sim utilizo, é algo mais específico, buscando se adequar mais à realidade local, mais contextualizado”

Fonte: Elaboração própria (2015)

Se o conhecimento acerca dos documentos curriculares estiver posto como um requisito básico ao bom exercício do trabalho docente autônomo, profissional e reflexivo, ao menos nos casos estudados, ele se mostra deficitário. Dos quatro professores, três conhecem as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio. Porém, o documento que deveria ser de maior conhecimento, pois é o que contém os parâmetros da rede de ensino a que estes docentes estão vinculados, os PCPE, só é conhecido por dois dos quatro professores.

É importante destacar que a pergunta inicial foi feita no sentido de saber se o professor conhece ou não tal documento, e não no sentido de saber se ele o utiliza como norteador da sua prática pedagógica. Portanto, muitas das respostas positivas, quanto ao conhecimento destes objetos curriculares, podem não significar o seu uso ou entendimento aprofundado.

As respostas do professor de História ajudam a induzir uma ideia sobre os motivos dos documentos curriculares terem pouco prestígio entre os professores. Não há monitoramento institucional algum, em relação ao que é planejado para disciplina de Sociologia, ao contrário de Português e Matemática. O motivo disso pode ser o fato de que Matemática e Português são as disciplinas balizadoras de indicadores de qualidade do Ensino Médio, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Porém, isso gera uma hierarquização na representação social e no tratamento das disciplinas e saberes escolares, contrariando, assim, a própria ideia de formação global e integrada dos jovens nesta etapa de ensino, conforme a concepção contida nas DCNEM (2012).

Nos casos dos professores de Filosofia e Geografia, os seus discursos apontam que o conhecimento dos documentos não implica seu uso. Ao contrário do professor de Sociologia, o único que admite utilizar os documentos curriculares como fonte para elaboração da prática.

A partir desses dados, pode-se levantar, como indício, que o peso do livro didático de Sociologia, como elemento tradutor do currículo, tem uma enorme importância entre os professores, uma vez que eles não dominam as concepções curriculares que estruturam os livros. Isso corrobora a elaboração teórica de Sacristán (2000), que assim interpreta o livro didático:

Os currículos se baseiam em materiais didáticos diversos, entre nós quase que exclusivamente nos livros-texto, que são os verdadeiros agentes de elaboração e concretização do currículo. Como prática observável, o currículo por antonomásia é o que fica interpretado por esses materiais que o professor e o aluno usam (SACRISTÁN, 2000, p.152)

Pelas falas dos sujeitos expostas nos quadros 2, 3, 4 e 5, parece haver um vácuo na formação da maioria desses professores, no que se refere aos saberes contidos nos documentos curriculares. Isso pode indicar pouca autonomia, profissionais técnicos, porém não autoriza a afirmação automática e peremptória de que esses docentes não exercem o papel de reflexivos diante dos livros e são deles dependentes. Até porque o livro também pode ser entendido como um currículo, no caso, o “currículo apresentado aos professores” (SACRISTÁN, 2000).

Mesmo não autorizando uma conclusão acerca da não autonomia dos professores em relação ao livro, o desconhecimento acerca dos documentos curriculares é um dado relevante no sentido de que esses professores acabam por não dominar os projetos curriculares gerais que estruturam os conteúdos e os métodos presentes nos livros.

O conteúdo presente em um livro didático não é fruto do acaso, nem da vontade única e livre do autor do livro, há um projeto por trás daquilo. Ao desconhecerem isso, os professores acabam entrando por um viés alienante em relação aos propósitos que estão na origem dos documentos curriculares propostos, no livro didático e no seu próprio papel enquanto professor de Sociologia.

Por isso, na busca de detectar qual o papel que os livros possuem para esses professores, os sujeitos também foram questionados sobre como planejam sua prática de ensino, foi feita a seguinte pergunta: “Que documentos curriculares, materiais, autores, temas ou referências você utiliza para definir o que é ensinado nas unidades e aulas?”

**Quadro 6-** Documentos curriculares, materiais didáticos, autores, temas ou referências utilizadas pelos professores nos seus planejamentos didáticos

Professor de Filosofia	“Utilizo o planejamento do estado, os livros são limitados. O livro do Pérsio Santos me dá alguma base, pois os outros são completamente diferentes do currículo. Insiro teóricos que os livros e o programa não trazem como Von Misses e Simmel.”
Professora de Geografia	“Não consulto documentos curriculares para planejar aulas, consulto o livro, o que está caindo no ENEM e consultava o que caía no seriado da UPE. O livro que sigo é o de Nelson Tomazi, mas que, por conta do pouco tempo, não consigo esgotar o livro durante os três anos do Ensino Médio. Ele deveria ter algo sobre meio ambiente, não tem, mas eu insiro. Procuo inserir autores como: Genebaldo Dias, Ayoadne e Milton Santos”.
Professor de História	“Não consulto documentos curriculares para planejar aulas, consulto o livro e o sigo, até porque não sou Sociólogo, consulto também o que está caindo no ENEM e consultava o que caía no Vestibular Seriado da Universidade de Pernambuco. Trago temas atuais, que os livros não estão debatendo, como a redução da maioridade penal, mas não relaciono o tema com teorias”.

Professor de Sociologia	“Sim, sigo muito o livro, por conta do grande número de turmas e escolas com programa diferentes, é o que resta. Talvez por isso que eu e muitos professores permanecem com o livro de Pérsio. O livro de Pérsio é melhor na definição de conceitos em relação ao de Tomazi, por exemplo. Quanto a temas novos, procuro inserir a questão racial e a de gênero que os livros não tratam de forma aprofundada e específica”.
-------------------------	---

Fonte: Elaboração própria (2015)

Um detalhe importante, no caso do professor de Filosofia, o “planejamento do estado”, ele não só citou, mas, durante a entrevista, mostrou esse documento, porém se trata de um documento curricular não mais utilizado pela rede estadual. São as Orientações Teórico-Methodológicas (OTM), que foram substituídas em 2012 pelos PCPE, porém o professor continuava usando o antigo.

Dos dois teóricos que ele diz utilizar, Von Misses não é do campo específico da Sociologia, mas sim filósofo e economista liberal austríaco. Não ficou claro, e o professor não expôs em que tema tal pensador poderia ser colocado. Com relação a Simmel, trata-se de um pensador consagrado da Sociologia.

A utilização de um documento curricular ultrapassado justifica a crítica que o professor faz aos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o elogio que faz ao livro Introdução à Sociologia (SANTOS, 2010).

O Professor de Filosofia utiliza um documento curricular ultrapassado. É justamente por esse motivo que ele não consegue enxergar correspondência entre o documento curricular e os livros didáticos, utilizando-se, inclusive, de um livro que não foi aprovado nem no PNLD de 2012, nem no de 2015.

A falta de atualização em relação ao documento curricular resulta numa prática alienada em relação ao ensino de Sociologia e se mostra anacrônica com relação aos próprios livros do PNLD. Não é nem possível afirmar se o professor é ou não autônomo, ou é mediador diante do livro didático, pois ele estava completamente alienado do debate curricular atual da disciplina de Sociologia no momento da pesquisa.

A Professora de Geografia apresenta um papel autônomo diante do livro, tendo como base para justificar isso o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Vestibular da Universidade

de Pernambuco (UPE), no sentido de orientar o que deve ser ensinado. Ela não se coloca como seguidista<sup>3</sup> do livro, ao contrário, insere temas: a questão ambiental, e critica o livro que utiliza.

Porém, ao citar autores mais próximos da Geografia e da Educação Ambiental, como: Milton Santos, Ayoadne e Genebaldo Dias fica sugerido que a professora ao em vez de estar ministrando aulas de Sociologia, pode, na realidade, estar ministrando aulas de Geografia e Educação Ambiental, enriquecidas por autores dessas áreas, como se fossem aulas de Sociologia.

O Professor de História é claro ao afirmar que: “segue o livro didático, porque não é sociólogo”. Esse caso é um exemplo da desprofissionalização e alienação. Entenda-se professor desprofissionalizado como aquele que não exerce o papel de didatizador de saberes de acordo com o contexto em que se dá a dinâmica do ensino e da aprendizagem; essa tarefa acaba sendo ocupada, nesse caso, pelo livro didático. Ele, o professor, assumidamente, não se coloca como um mediador entre os livros e alunos, mas, ao contrário, é o livro didático, com uma centralidade exacerbada, o mediador entre ele e os alunos. Isso sugere uma aproximação com o tipo “professor como profissional técnico”, proposto por Contreras (2002).

Nesse caso, também é importante o papel que o professor dá ao ENEM e ao Vestibular da UPE, como sendo balizadores dos seus planejamentos, porém, se o professor segue fielmente o livro, como afirma, o ENEM e os vestibulares poucos determinam a sua prática pedagógica.

O Professor de Sociologia, ao afirmar que o grande número de aulas e os diferentes programas curriculares justificam o seguidismo ao livro, está, na realidade, denunciando que o contexto geral em que está inserido o impede de aprofundar a sua autonomia diante do livro.

Também, nesse caso, nota-se a citação do livro “Introdução à Sociologia” (SANTOS, 2010) como material importante de apoio, ele é colocado numa contraposição ao livro de “Sociologia para o Ensino Médio” (TOMAZI, 2013), demonstrando, nesse caso, certa contradição no discurso do professor, que, num primeiro momento, diz seguir um livro e, em outro momento, diz seguir outro livro, que ele não utiliza, sendo melhor que o utilizado frequentemente. O fato é que a crítica posta mostra autonomia, porém limitada, nesse caso, pelo contexto institucional, que o força a ter que ministrar muitas aulas.

---

<sup>3</sup> Qualidade de quem segue ou é defensor incondicional de alguma ideia, teoria ou partido, sem nunca questionar ou fazer juízos de valor.

O que pode ser constatado é um baixo conhecimento em relação aos documentos curriculares, um apego a livros não adotados pelo PNLD e um aparente déficit de conhecimento teórico em relação às Ciências Sociais, principalmente, nos professores que não possuem formação na área.

As duas citações ao livro “Introdução à Sociologia”, de Pêrsio Santos (2010), podem ser justificadas pelo fato de que, até 2014, a Universidade de Pernambuco (UPE) realizava o seu vestibular tendo como lista de conteúdos do exame, na seção de Sociologia, boa parte deste livro. Dessa forma, os professores que citam o vestibular da UPE e o livro de Pêrsio Santos, como um balizador das práticas, estão praticando a sua autonomia diante do currículo e do livro, uma vez que estão adaptando o ensino ao contexto dos seus alunos.

A menção ao ENEM ou ao Vestibular da UPE, feitas pela professora de Geografia e o professor de História, como sendo uma demanda externa estranha aos livros didáticos carece de base, pois, principalmente em relação ao ENEM, afirmar isso significa dizer que os livros não estão em sintonia com o exame, quando, na verdade, para cada disciplina do Ensino Médio, tanto o ENEM, quanto o PNLD se guiam por documentos curriculares gerais, como as DCNEM, os PCN e as OCN. O próprio PNLD tem no ENEM um dos seus balizadores.

A dependência variada em relação ao livro didático e o desconhecimento em relação aos documentos curriculares que dão a base desses livros sugere indícios de seguidismo e não de autonomia em relação ao livro didático, ou seja, profissionais técnicos.

Talvez, a dependência variada em relação ao livro didático se relaciona, porém não se restringe, com a formação acadêmica divergente da disciplina de Sociologia. O desconhecimento das ideias curriculares que concebem o livro didático, que são os documentos curriculares, também corroboram para essa dependência dos professores em relação aos livros. Isso desprofissionaliza o professor e o torna alienado da sua real função, ao menos enquanto profissional reflexivo, que é a de didatizar os saberes, tanto os sugeridos ou prescritos nos documentos curriculares, como ou os postos nos livros didáticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pressupostos teóricos usados, bem como os dados coletados, sugerem que o contexto em que os professores estão inseridos influencia diretamente a sua prática. A formação acadêmica dos docentes coloca-se como uma das partes do contexto em que se processa o ensino, embora não haja



uma relação automática entre a formação e autonomia do professor em relação ao livro didático. A graduação específica da área de Ciências Sociais colabora, como tendência, a dar ao professor uma margem de ação autônoma maior que os demais que não a possuem. Porém, não é um requisito sem o qual não é possível a autonomia de forma automática. Um professor com sólida formação em Ciências Sociais pode estar condicionado por limites institucionais que impeçam sua ação autônoma diante do livro didático, como no caso do sujeito “Professor de Sociologia” pesquisado.

Outrossim, para se atingir o professor reflexivo da tipologia proposta por Contreras (2002) só a formação acadêmica não parece ser suficiente. É preciso aprofundar a formação de maneira contínua, para que o professor venha a se tornar um sujeito ativo na sua prática didática. Só o conhecimento de como o saber transita da academia à escola é capaz disso. Tal competência pressupõe um sólido conhecimento acerca dos documentos curriculares de cada área e disciplina, algo que a pesquisa mostrou ser extremamente deficitário.

Os dados apresentados acerca da formação dos professores de Sociologia sugeriram uma predominância de professores sem autonomia diante dos livros didáticos ou com uma autonomia precária. O livro se agiganta diante do professor e passa a ser o mediador entre ele e o discente, o desprofissionalizando. Essa deficiência qualitativa, em especial no ensino da disciplina, não é detectada nos índices gerais que aferem a qualidade da educação, como o IDEB. Esse indicador, se mostra limitado e deficiente em detectar problemas em disciplinas que não sejam as de Matemática e de Português, únicas nas quais o exame se detém.

Problemas qualitativos em disciplinas como a Sociologia acabam sendo renegados pelo poder público, como número de professores desviados da sua formação específica e o fraco conhecimento curricular, fatores que sugerem potencialização de tendências de seguidismo em relação ao livro didático, professores como profissionais técnicos, falta de autonomia didática diante dos livros e dos currículos e conseqüentemente uma educação deficiente e alienada.

Fazem-se necessárias inovações no modelo de formação de professores, o fim do desvio de função dos docentes, formações continuadas no sentido de instrumentalizá-los na sua autonomia e novos métodos de aferir qualitativamente a educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- BEZERRA, Rafael Ginane e MEUCCI, Simone. Sociologia e Educação Básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, 2014, p. 87-101. Disponível em: <<file:///C:/Users/marcelo/Downloads/2420-4257-1-PB.pdf>>. Acesso em agosto de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei 11684*, de 02 de junho de 2008. Brasília, 2008. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm)>. Acesso em 08 de agosto de 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de educação básica. *Parecer CNE/ CEB 05/2001*. Brasília, 2011. Disponível em <[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb005\\_11.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb005_11.pdf)>. Acesso em: 25 de junho de 2015.
- \_\_\_\_\_, 2015. *Instituto Nacional de pesquisas educacionais Anísio Teixeira*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>> Acesso em 25 jun 15.
- CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- LIBÂNEO, J. C et al. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MEUCCI, Simone. Pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia: balanço. In: *XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2013, salvador, 2013.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. *Vigotsky- Aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. São Paulo. Editora Scipione, 1993.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *O Currículo, uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artemed, 2000.
- SANTOS, Pérsio. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2010.
- SILVA, Aracelli G; LINS, Jorge; FERREIRA, Raquel. Perfil dos professores de sociologia das escolas públicas da rede estadual de ensino localizadas em Pernambuco. In: *I Encontro Estadual de Sociologia na Educação Básica da Paraíba*, 2013, Campina Grande, 2013.
- SILVA, Mônica. SIMÕES, Carlos. *O currículo do ensino médio, deus sujeitos e o desafio da formação integral*. Etapa I, Caderno III. Formação de professores do ensino médio. Disponível em: <[http://cac-php.unioeste.br/projetos/pactoNacional/docs/web\\_caderno\\_3.pdf](http://cac-php.unioeste.br/projetos/pactoNacional/docs/web_caderno_3.pdf)>. Acesso em: dezembro de 2015.
- TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. *Ensinar sociologia: análise de recursos do ensino na escola média*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOMAZI, Nelson Dácio. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Marie Jane Soares Carvalho, Breno Gonçalves Bragatti Neves, Rafaela da Silva Melo. *Cultiveduca*. Brasil no. BR512014001340-5, 18 mai. 2014, 25 jan. 2016. Disponível em: <<http://cultiveduca.ufrgs.br/>>. Acesso em setembro de 2018.

Recebido em: 19/04/2018

Aceito em: 20/08/2019

#### COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

GALDINO, Marcelo Sales. A Autonomia na Mediação Didática de Professores de Sociologia do Ensino Médio diante dos Livros Didáticos. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. CABECS, v.3, n. 1, p.26-44, 2019.